

Como se deu o avanço dos manicômios com tratamentos desumanos no Brasil entre os séculos XIX e XX?

Felipe Schutz Assef¹
(Orientador: Vitor Ikeda²)

Resumo: A pesquisa busca contextualizar historicamente o avanço dos manicômios com tratamentos desumanos no Brasil entre os séculos XIX e XX. Embasado em fontes históricas clássicas, este artigo traz também a análise de um estudo de caso que exemplifica a situação investigada e revela as atrocidades cometidas em um manicômio específico. Dessa forma, o texto evidencia um trágico assunto da história do Brasil.

Palavras Chave: Loucura, manicômio, ciência, tratamentos.

Abstract: The research seeks to historically contextualize the advance of asylums with inhuman treatments in Brazil between the 19th and 20th centuries. Based on classical historical sources, this article also presents the analysis of a case study that exemplifies the situation investigated and reveals the atrocities committed in a specific asylum. In this way, the text shows a tragic subject of the history of Brazil.

Keywords: Madness, asylum, science, treatments.

Introdução

Esta investigação visa uma abordagem histórica do Brasil e do desenvolvimento de manicômios como sedes de tratamentos com princípios éticos e morais duvidosos. O estudo busca encontrar, na raiz histórica do país, elementos que corroboram e impulsionam a evolução dos tratamentos psíquicos e, dessa forma, desenvolver a questão “Como se deu o avanço dos manicômios com tratamentos desumanos no Brasil entre os séculos XIX e XX?”.

Apesar da incontestável influência europeia, onde surgiram os primeiros manicômios e discussões psiquiátricas, o desenvolvimento manicomial está intrinsecamente ligado ao contexto histórico vivenciado no país. Em razão disso, diversas fontes históricas e conceituais foram estudadas e referenciadas para promover a compreensão do assunto trabalhado. A investigação será desenvolvida apoiada em pesquisa de base histórica, como o livro “História do Brasil (2012)” de Boris Fausto, que se interliga com estudos específicos de conceitos relevantes, como a obra “História da Loucura na Idade Clássica (1972)” de Michel Foucault, e se fortalece com a análise de um estudo de caso - um exemplo real cujas características sustentam a tese explorada. O estudo de caso analisado é o do Hospital Colônia, abordado no livro “O Holocausto Brasileiro” (2013) de Daniela Arbex, trazendo em sua essência complexas informações que complementam o assunto proposto.

¹ Aluno da 3ª série do Ensino Médio da Escola Bilíngue Pueri Domus.

² Professor de História e Sociologia da Escola Bilíngue Pueri Domus.

Contexto Histórico

A transição do período do Império para a configuração de República no Brasil foi marcada por uma série de ideologias e visões distintas. A constituição da Primeira República estabeleceu e proporcionou a formação de um sistema presidencialista composto por ministros de confiança do presidente com intuito de conquistar e manter apoiadores.

Dessa forma, o período oligárquico possibilitou um desenvolvimento autônomo de municípios e regiões. Datada em 15 de novembro de 1889, a Proclamação da República marca o início da Primeira República. Com a desinstalação da monarquia, devido a um enfraquecimento consequente da perda de apoio elitista, grupos sociais compostos por militares e civis organizaram um movimento para destituir o reinado.

O fim desse período, marcado pela Revolução de 1930, causou a deposição de Washington Luís da presidência e proveu Getúlio Vargas como presidente provisório, dando início a Era Vargas, que se tornou uma ditadura a partir de 1937. Vale ressaltar que a situação ao longo da ditadura militar 1964-1985 esbanjava altos índices de violência e de segregação social repleta de atrocidades.

Conceito da loucura

No início do século XVIII, centros de tratamento institucionalizados, denominados-reformatórios, propunham um intenso processo disciplinar com forma de lidar com os considerados “desajustados” da sociedade.

Em seus estudos, Foucault (1987, 1972) aborda a interpretação da loucura baseada na sua raiz na história das relações humanas e do desenvolvimento histórico social, trazendo uma análise voltada para uma questão histórica de reclusão e exclusão, revelando questionamentos dos pensamentos impostos sobre a insanidade. Em suas obras, o filósofo revela questionamentos sobre métodos psiquiátricos de tratamento e discute o privilégio médico, cujas abordagens transcendiam valores éticos e morais.

Estudo de caso: O Holocausto³ Brasileiro

O Hospital Psiquiátrico de Barbacena, conhecido como Hospital Colônia, foi fundado em 1903 em Minas Gerais. A instituição hospitalar contava com diversos pavilhões e serviu de “depósito” para inúmeros indivíduos. A obra de Arbex (2013) tem como nome “O Holocausto Brasileiro” justamente fazendo referência e assimilando a situação vivida ao Holocausto Nazista; essa aproximação se dá por conta das variadas formas de violência utilizadas nas diferentes circunstâncias. Ao longo de seu texto, a autora explora a história por trás do manicômio, que acumulou mais de 60 mil mortes entre 1930 e 1980, e expõe a verdade mascarada que se omitia com o passar do tempo e com a falta de informação.

A maior parte dos pacientes foram internados obrigatoriamente, sem estudo algum ou diagnóstico. Ou seja, ali foram internados os indesejados da sociedade, sendo eles homens, mulheres, homossexuais, mendigos, melancólicos, pessoas sem valor social cuja forma mais fácil de se livrar era internando-os em “instituições psiquiátricas”

³ O termo Holocausto é utilizado como uma licença poética para fazer uma comparação pela autora Daniela Arbex (2013) e não como um conceito em si.

No início da história, o Hospital cumpria seu papel baseado na medicina francesa, até a década de 30. A partir do Estado Novo e do regime forte, as condições complicaram e o abandono da instituição viabilizou essa condição indigna. Apesar de ter seu ápice de mortes durante os períodos de Era Vargas e da ditadura militar, o Colônia foi inicialmente desenvolvido no início do século XX, acompanhando a Primeira República e com influências europeias nas áreas da psicologia e da saúde.

Assim, desacreditada com o tamanho da tragédia e da falta de conhecimento, Arbex (2013) exhibe a realidade desumana vivida pelos milhares que ali passaram. Em busca dos responsáveis, a pesquisadora se depara com uma entrevistada que indica uma culpa generalizada e coletiva de toda a sociedade que participou, sem um único agente principal. Foram oito décadas de violações de direitos com milhares de envolvidos. Racionalmente não se pode retirar a culpa do Estado, que falhou na proteção dessa comunidade, mas todos os envolvidos contribuíram e permitiram as atrocidades ali encontradas.

Validação de fontes

A primeira fonte analisada foi o livro “História concisa do Brasil” escrito por Boris Fausto (2001), importante historiador e cientista político do século XX. Sua obra, originalmente escrita em 1994, explora desde a conquista portuguesa até o Brasil contemporâneo. Com mais de quinhentos anos analisados de forma concisa e crítica, o autor discorre sobre todos os momentos de maior importância histórica com um foco sociopolítico. O trabalho historiográfico produzido por ele serviu como base para inúmeros estudos posteriores assim como este. Seu livro foi fundamental para uma melhor análise e compreensão do contexto histórico do país abordado na questão norteadora do trabalho. Um dos tópicos do livro aborda justamente o período da Primeira República e traz informações complexas sobre o contexto. Entretanto, apesar de o livro ter um escopo muito abrangente, seus textos não vão além da história e não tratam de assuntos relacionados à saúde, medicina, psiquiatria e loucura, temas estes que constituem o núcleo da proposta de pesquisa. Dessa forma, torna necessária uma análise interpretativa que possibilite a conexão entre os conteúdos discutidos.

A segunda fonte foi o livro “Holocausto Brasileiro” de Daniela Arbex, uma atual jornalista dedicada à defesa dos direitos humanos. Vencedora do Troféu Mulher Imprensa na categoria Repórter Investigativa, seu livro de grande sucesso foi aclamado pelos críticos e indicado como melhor livro de reportagem do ano em 2013 pela Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA). Sua obra explora a história do Hospital Colônia de Barbacena, um dos primeiros e maiores hospícios do Brasil cujo desenvolvimento revela um extermínio em massa. O estudo e a apropriação do caso foram de extrema relevância para o trabalho, uma vez que a ocorrência de Barbacena serve como exemplo e expõe a realidade vivida. Apesar da obra focar em apenas um caso, a história do Hospital Colônia não é um episódio isolado, muitos outros hospícios do país se desenvolveram com semelhanças, fazendo assim com que o caso sirva como base para a compreensão do assunto e da experiência exposta. Entretanto, o fato de o livro ser voltado a um centro de tratamento específico acaba por dificultar uma visão mais ampla em cenário nacional; além disso, o texto carece de maior relação com o contexto histórico e político.

Análise

O desenvolvimento da ciência e da medicina ao longo do século XIX gerou uma série de questionamentos abordando a “loucura”. O impasse sócio-político desse transtorno foi estudado por diversas regiões e culturas ao longo do tempo histórico.

As concepções acerca da loucura e seus tratamentos foram variadas e moldadas por inúmeros intelectuais da área. Discussões a respeito do assunto tiveram início na antiguidade clássica especialmente na Grécia Antiga através dos pensadores e filósofos e desenvolveram-se nos séculos XV e XVII com práticas exorcistas. O enfoque médico surge nos séculos XVII e XVIII, e somente no século XIX aparecem os manicômios.

Um dos grandes nomes com estudos nesse campo foi Michel Foucault, filósofo francês do século XX. Em sua obra “História da loucura na Idade Clássica” (1972), ele analisa a construção da concepção da loucura e comenta sobre a contraproposta humana a esse problema. O livro traz uma reflexão voltada para uma questão histórica de reclusão e exclusão. Fazendo uma contraposição entre a loucura e a razão, e desmistificando visões anteriores, o autor desenvolve a razão sobre a *desrazão*⁴. Expondo os tratamentos, intervenções e punições humanas com os “loucos”, ele traz a questão da loucura vista sob um novo prisma.

Entender a concepção social da loucura, explorada por Foucault, torna-se fundamental para o estudo desse conceito e da reação social. As “casas da loucura”, como referenciadas no passado, formam a saída encontrada pela humanidade para lidar com o desconhecido. No início do século XIX, o raso conhecimento científico quanto à psicologia, fundada em 1879, mesclado com a necessidade de lidar com a loucura, promoveu a ascensão facilitada das práticas “medicinais” com condutas questionáveis em termos de cuidado com o paciente.

A proposta dos manicômios dominou a Europa no século XIX, considerada a modalidade terapêutica mais eficaz no tratamento dos loucos. Apesar de reconhecerem as violências impostas nesse sistema, os argumentos defendiam estas práticas como necessárias ao tratamento. No Brasil, essa proposta chega no século XIX através da influência europeia, especificamente francesa, baseada em obras de Philippe Pinel e outros autores (BASTOS, [s.d.]).

A história da loucura no Brasil passou por uma série de mudanças e se desenvolveu com o passar dos anos. O estudo de caso do Hospital Colônia, analisado nesta investigação a partir da obra de Arbex (2013) evidencia o avanço manicomial sustentado em atrocidades. O Hospital Psiquiátrico de Barbacena, fundado em 1903 em Minas Gerais, teve seu desenvolvimento inicial durante o período da Primeira República. De acordo com a autora, com tratamentos articulados por funcionários não capacitados e em um ambiente com poucos recursos, esse manicômio somou mais de 60 mil mortes violentas e encobertas pela negligência social e fiscal. Antigos funcionários do hospital confirmaram que não havia requerimento acadêmico para trabalhar no Colônia, pouquíssimos médicos por ali se encontravam, tornando o local completamente inapropriado para tratamentos psíquicos. Funcionários sem quaisquer treinamentos, recursos e ajuda, lidavam com os pacientes de formas impiedosas, medicações fortes e eletrochoque eram ferramentas utilizadas para controlar indivíduos agressivos.

Diante das incontáveis discussões sobre formas de tratamento, os hospícios desse período foram marcados por uma falta de supervisão e de competência em diversos âmbitos. O desenvolvimento de municípios ocorreu de forma heterogênea entre os estados devido a segregação regional propiciada pelo sistema político. Apesar de ter seu ápice de mortes durante os períodos de Era Vargas e da ditadura militar, o Colônia foi inicialmente desenvolvido no início do século XX, acompanhando a Primeira República e com influências europeias nas áreas da psicologia e da saúde.

⁴ *Desrazão*: conceito construído historicamente, explorado por Michel Foucault para contrastar a loucura e a razão.

Ainda que pouco explorado por estudos, o desenvolvimento de manicômios no Brasil vai além da influência exterior e é facilitado pelo momento histórico e político do país. Esse quadro do desenvolvimento manicomial nacional é marcado por um Estado permissivo, que se tornou um colaborador para a perpetuação de tais práticas desumanas.

O decorrer da história dos manicômios no Brasil demonstra nitidamente a função destas instituições. A majoritária parte dos pacientes internados não tinha diagnóstico, eram apenas “indesejados” da sociedade; dentre eles alcoólatras, usuários de drogas, homossexuais, prostitutas e indivíduos que, de alguma forma, se tornaram incômodos para superiores. Muitas instituições justificavam suas atrocidades como forma de tratamento e outras explicitam a ideia de limpeza social.

A partir dessa ideia, é possível traçar um paralelo com o estudo do autor francês, explorado em sua passagem: “O internamento seria assim a eliminação espontânea dos ‘a-sociais’” (FOUCAULT, 1972, p. 79). Essa correlação da função designada aos manicômios, principalmente no século XIX, é amplamente evidenciada quando são estudados casos do desenvolvimento manicomial no Brasil. A análise com viés histórico para explicar a tendência dos hospitais no país revela aspectos e conexões que exigem uma abordagem cautelosa e detalhada. Nesse sentido, o desenrolar de uma relação entre a sociedade e a loucura é uma das teses gerais das obras de Foucault: “[...] ‘a loucura não é um fato da natureza’, mas da civilização [...]” (SANDER, 2010, p. 382). Dessa forma, a loucura, no início do período analisado, carecia de embasamentos conceituais e conseqüentemente abriu espaço para uma resposta social saturada de barbárie.

Contudo, a urgência de uma reforma no sistema de tratamento dos loucos no Brasil teve início em 1970, quando foi criada a constituição do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental como resposta a uma série de denúncias de condições precárias em centros de tratamento psiquiátrico. Nesse cenário desnordeado surgiram discussões e debates em grandes eventos que condenavam os manicômios e buscavam melhores condições.

Com isso, no final da década de 1980, foram criados novos serviços assistenciais que representaram a Reforma Psiquiátrica no Brasil, entre eles o Centros de Atenção Psicossocial que proporcionaram serviços de atendimento, acompanhamento e consultas. Finalmente, em 2001, foi aprovada a Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica, que atribuiu mudanças nos tratamentos e nas concepções sociais de loucura, sendo assim um importante marco para a história da psiquiatria nacional.

Conclusão

Em virtude dos fatos analisados, é possível compreender o avanço e desenvolvimento manicomial no Brasil dos séculos XIX e XX a partir de uma abordagem histórica. O processo de estudo da loucura e seus desdobramentos levaram tempo e foram debatidos por perspectivas diversas. A dificuldade que o assunto trazia em sua essência instigou reações sociais que se distanciaram do que hoje conhecemos por direitos humanos e dignidade. A evolução de centros de tratamentos psíquicos, repletos de práticas desumanas, com desatinos ao indivíduo e escassez de embasamento científico-medicinal, toma espaço em meio à uma sociedade negligente que, por uma série de fatores combinados, como a falta de interesse e o aproveitamento pessoal, permitiu condutas inadequadas dessas instituições. Além disso, o ambiente proporcionado pelos sistemas de organização política do país ao longo dos séculos analisados acentua o a perpetuação desses sanatórios, uma vez que permitiu maior liberdade às instituições e intensificou o número de indivíduos internados, como é o caso vivido na ditadura militar.

O conceito de loucura é um produto social que, conforme Foucault (1972), sofre mutações no espaço e tempo. Dessa forma, um Estado que se utiliza de um suposto discurso científico para retirar de circulação aqueles “indesejados” é evidenciado no estudo de caso, onde aquilo que a autora diz ser uma certa negligência apática pode ser analisado como um *modus operandi* que ia de acordo com o paradigma adotado, assim, normalizando as atrocidades em combate à loucura.

De modo geral, esse trabalho, apesar de ser baseado em fontes historicamente relevantes, têm limitações. O fato de que apenas um hospício ter sido explorado como estudo de caso pode limitar a conclusão, de forma a não conseguir levar em consideração a pluralidade de eventos dentro do contexto.

Apesar disso, a investigação conduzida revelou muito sobre os métodos utilizados por historiadores e seus desafios. O processo de investigação histórica requer uma análise crítica sustentada em diferentes fontes. Sendo assim, a dificuldade de acesso a fontes históricas e a busca pela imparcialidade nas interpretações podem prejudicar esse processo.

Referências bibliográficas:

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BASTOS, O. Editorial a convite Editorial a convite Primórdios da psiquiatria no Brasil The origins of psychiatry in Brazil. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n2/v29n2a04.pdf>>.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FOUCAULT, Michel . História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório sobre a saúde no mundo: Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. Geneva: OMS, 2001.

SANDER, J. A caixa de ferramentas de Michel Foucault, a reforma psiquiátrica e os desafios contemporâneos. In: Psicologia e Sociedade, v. 22, n. 2, p.382-387, 2010.

Recebido para publicação em 30-09-21; aceito em 20-10-21